

Quintas Jornadas de Historia Económica - Asociación UHrugaya de Historia Económica

Simposio 3 - “Guerra y sociedad. Las formas de hacer la guerra durante los movimientos de independencia iberoamericanos y sus implicancias económicas y sociales”

Entre guerras e fronteiras: comércio negreiro e escravidão no Rio Grande do Sul na época das independências ibero-americanas, 1790 - 1840

Gabriel Aladrén

gabrielaladren@yahoo.com.br

O Tratado de Santo Ildefonso, celebrado entre as coroas ibéricas no ano de 1777, assinalou um recuo das pretensões diplomáticas portuguesas aos territórios da fronteira sul da América. No entanto, durante as duas últimas décadas do século XVIII, os luso-brasileiros avançaram em áreas até então disputadas com os espanhóis, favorecidos pelo crescimento econômico e populacional da capitania do Rio Grande do Sul.

A partir de 1780, a capitania rio-grandense experimentou um significativo impulso econômico, sustentado pelo arranque inicial da produção do charque, pelo desenvolvimento da agricultura do trigo e pelo incremento da exportação de couros. Esse processo foi acompanhado por uma expansão da escravidão na capitania, que passou a importar regularmente escravos africanos e crioulos trazidos de outros portos da América portuguesa.¹

Nas primeiras décadas do século XIX, a escravidão tornou-se uma instituição econômica e social basilar no Rio Grande do Sul. Em um contexto marcado pelos movimentos de independência no Rio da Prata e no Brasil, ocorreu uma ampla expansão territorial luso-brasileira nas fronteiras platinas. Desde 1801 mas, especialmente, no período de 1811 a 1824, conflitos militares travados nas fronteiras do Brasil com o Rio da Prata resultaram no avanço luso-brasileiro na região. As guerras desestabilizaram a produção saladeril rio-platense e permitiram o estabelecimento de novas estâncias rio-grandenses nos territórios conquistados, que foram povoadas com milhares de cabeças de gado apropriadas durante os conflitos. Esses fatores concorreram para uma vertiginosa expansão econômica no Rio Grande do Sul, sobretudo entre 1810 e 1825.

Tanto o avanço territorial quanto o crescimento econômico rio-grandense no período dependeram de um fortalecimento da instituição da escravidão. Esta comunicação visa discutir as implicações trazidas pelos processos de independência ibero-americanos à escravidão e ao tráfico negreiro no Rio Grande do Sul. Pretende, em particular, examinar as relações entre a variação no volume de cativos importados e a distribuição da propriedade escrava na fronteira rio-grandense com as conjunturas de guerra e o avanço dos domínios

¹ Ver PRADO JÚNIOR (1979); CARDOSO (2003); CESAR (1970); SANTOS (1984). Também vale conferir a análise de Roberto Simonsen que, no entanto, marcada pela teoria dos ciclos econômicos, não percebe as transformações que a economia rio-grandense sofreu nas últimas décadas do século XVIII. Para o autor, é como se existisse somente um longo período, que inicia em fins do século XVII e adentra o século XIX, caracterizado pela produção pecuária e pela exportação de mulas, couros e subprodutos do gado e impulsionado pela demanda gerada no ciclo da mineração. Ver SIMONSEN (2005).

luso-brasileiros na região platina. As fontes utilizadas são diversas: inventários *post-mortem*, documentos com informações sobre o volume de escravos importados pelo Rio Grande do Sul, correspondência administrativa e diplomática das autoridades portuguesas e espanholas da capitania rio-grandense e do vice-reinado do Rio da Prata, memórias e relatos.

O tráfico negreiro

Entre 1791 e 1835, nada menos que 1.479.970 escravos chegaram aos portos brasileiros, um pouco mais de 54% deles tendo como destino a região Centro-Sul, através de desembarques no porto do Rio de Janeiro.

Tabela 1
Quantidade de escravos desembarcados no Brasil por intervalos quinquenais, 1791-1835

Período	# Escravos
1791-1795	104.132
1796-1800	112.886
1801-1805	147.260
1806-1810	155.237
1811-1815	204.679
1816-1820	227.253
1821-1825	209.008
1826-1830	293.935
1831-1835	25.580
Total	1.479.970

Fonte: *Voyages, The Trans-Atlantic Slave Trade Database*, <http://www.slavevoyages.org> (acessado em 18 de janeiro de 2011).

Embora o porto de Rio Grande não recebesse navios negreiros vindos diretamente da África, ali chegavam africanos novos, ladinos e também crioulos, despachados da Bahia, de Pernambuco e, principalmente, do Rio de Janeiro.²

² Ver, sobre as rotas do tráfico que abasteciam o Rio Grande do Sul, a análise de BERUTE (2006). Existem raros registros de importações de escravos trazidos diretamente da África. De Cabinda vieram pouco mais de 260, em dois desembarques distintos, nos anos de 1814 e 1815 (OSÓRIO, 2007: 219). Em 1824 vieram de Benguela 353 escravos no Bergantim *São José Triunfante*. De Luanda foram trazidos 444 africanos no brigue *Dom Pedro*, em 1826. Em 1842, um pouco mais de 440 escravos desembarcaram no Rio Grande do Sul, vindos da África Central Atlântica no brigue *Deliberação*. Em 1851, outros 235 cativos chegaram, vindos de região africana não informada. Por fim, em 1852, cerca de 480 escravos, também de região africana não identificada, foram trazidos para o Rio Grande do Sul (ver *Voyages, The Trans-Atlantic Slave Trade Database*). Note-se que os desembarques de 1824 e 1826 não teriam, conforme informações registradas no *Voyages...*, o Rio Grande do Sul como destino. Eles foram lá parar em razão de intempéries na viagem, mas os traficantes não perderam a oportunidade e obtiveram lucros – ou pelo menos mitigaram suas perdas – vendendo os escravos na província sulina. Os desembarques de 1842, 1851 e 1852 já acontecem em um contexto de proibição do tráfico atlântico, quer pela Lei de 1831, quer pela Lei Eusébio de Queiróz. Portanto, é possível que o desembarque direto no Rio Grande do Sul tenha sido uma estratégia para escapar ao controle das autoridades. Apesar disso, mesmo esse conjunto de registros não implica considerar que as embarcações vieram diretamente da África para a província sulina. Escalas em outras partes da costa brasileira devem ter sido realizadas e talvez alguns escravos tenham sido vendidos nesses lugares, embora o destino final – e, de acordo com o *Voyages...*, principal – tenha sido o

Tabela 2
Escravos importados pelo Rio Grande do Sul, 1788-1833

Ano	Escravos #	Ano	Escravos #
1788	328	1811	1527
1789	313	1812	1330
1790	349	1813	2073
1791	375	1814	3256
1792	335	1815	1297
1793	278	1816	698
1794	270	1817	677
1795	-----	1818	665
1796	13	1819	1601
1797	57	1820	1443
1798	-----	1821	861
1799	6	1822	2257
1800	400	1823	1867
1801	26	1824	2364
1802	852	1825	-----
1803	752	1826	865
1804	12	1827	419
1805	559	1828	741
1806	52	1829	1168
1807	112	1830	1499
1808	1072	1831	907
1809	768	1832	131
1810	731	1833	29
Total		35.335	

Fonte: Para os anos de 1788-1794; 1796-97; 1799; 1801; 1802; 1804; 1806-07 e 1822-24 foram utilizados dados de: BERUTE (2006: 40). Para os anos de 1800, 1803, 1805, 1808-1815 e 1819-20 foram utilizados dados de OSÓRIO (2007: 221). Para os anos de 1816-1818 e 1821, foram utilizados dados de CHAVES (2004: 208-209). Para os anos de 1826-1833 foram utilizados dados levantados nos Códices da Polícia da Corte, n. 424, volumes 1 a 9, consultados a partir do banco de dados produzido por FRAGOSO e FERREIRA (2001).³

Os dados para construção da tabela 2 são de origens diversas e não é possível afirmar com segurança a precisão das estimativas. É evidente que esses números expressam patamares mínimos da importação de escravos pelo Rio Grande do Sul. Um dos motivos é que as fontes utilizadas não contemplam a chegada de escravos via terrestre, uma vez que se trata de informações sobre o movimento do porto de Rio Grande. No entanto, mais importante é o fato

Rio Grande do Sul. Por fim, cabe considerar que, apesar de escassas as viagens, a quantidade de africanos desembarcados era avultada.

³ A elaboração das estimativas dos anos de 1826 a 1833 foi um trabalho realizado em colaboração com Gabriel Berute.

de que, mesmo em se tratando apenas dos desembarques de escravos via rotas marítimas, os números estão subestimados, particularmente para alguns anos da série.

Faz-se necessário explicar a natureza dos dados. Eles foram tomados de quatro origens diferentes e, quando havia discrepâncias, sempre optei pelo que apresentava a maior quantidade. Para a maior parte dos anos, utilizei os dados coligidos por Gabriel Berute, extraídos de três tipos de fonte: as *guias de transporte de escravos*, documento que os remetentes deveriam registrar contendo informações sobre o envio e, posteriormente, o comerciante ou o mestre da embarcação deveriam apresentar na Provedoria da Fazenda Real no porto de destino; o *Extrato dos Escravos Apresentados na Escrituração do Almoxarifado da Real Fazenda da vila de Rio Grande* no ano de 1802; e os *Códices da Polícia da Corte*, que são documentos com o registro das remessas de escravos do Rio de Janeiro ao Rio Grande do Sul, no período de 1809 a 1824. Helen Osório levantou uma série de mapas de importação confeccionados por autoridades do porto de Rio Grande com base nas declarações dos mestres dos navios. Também recorri às estimativas do charqueador Antônio José Gonçalves Chaves, publicadas em suas *Memórias Econômico-políticas* em 1822. Por fim, para o período de 1826 a 1833, as informações provêm de pesquisa realizada nos *Códices da Polícia da Corte*.

É possível afirmar com segurança que o volume total de escravos importados pelo Rio Grande do Sul por via marítima entre 1788 e 1833, tal como está indicado na tabela, é inferior ao real, por algumas razões. Em primeiro, o que é evidente, por não existirem dados para os anos de 1795, 1798 e 1825. Em segundo, porque para o ano de 1792 e para o período de 1822 a 1833 constam apenas os escravos trazidos do Rio de Janeiro. Em terceiro, porque nenhuma das fontes contempla a totalidade do movimento do porto de Rio Grande. Em 1802, por exemplo, os documentos consultados por Berute apresentam a quantidade de 852 escravos desembarcados na Vila de Rio Grande. Para o mesmo ano, o mapa de importação utilizado por Osório informa a quantidade de 519, uma diferença bastante significativa. O mapa de importação de 1822 indica a quantidade de 1.799 escravos trazidos do Rio de Janeiro. No entanto, os dados dos registros da Polícia da Corte, apontam para o mesmo ano o número de 2.257 cativos enviados do Rio de Janeiro ao Rio Grande do Sul. Veja-se, pois, que o mapa de importação apresenta números mais baixos quando confrontado com outras fontes mais completas. Isso demonstra que as estimativas baseadas nas informações dos mapas subestimam o volume de escravos desembarcados e, no entanto, essa é a fonte mais consistente para grande parte do período analisado.

Um problema mais grave aparece nas estimativas de Gonçalves Chaves que apresentam cifras, sem sombra de dúvida, bem inferiores ao movimento efetivo. Quando é possível compará-los com mapas de importação, a diferença é abissal: em 1819, por exemplo, para 836 escravos por ele indicados, o mapa de importação apresenta 1.601, quase o dobro.⁴

A fonte mais precisa entre todas as disponíveis parece ser o *Extrato dos Escravos...* que, infelizmente, só existe para o ano de 1802. A partir de 1822, as melhores fontes são os *Códices da Polícia da Corte*. No entanto, eles só contemplam os escravos enviados do Rio de

⁴ O próprio Gonçalves Chaves, português que se estabeleceu como charqueador no Rio Grande do Sul no início do século XIX, parecia ter consciência dessa diferença. Ao fazer uma estimativa da população rio-grandense, alegava que mais de 15 mil cativos teriam entrado no Rio Grande do Sul entre 1814 e 1822, o que não confere com os 6.157 escravos que ele indica terem sido importados entre 1816 e 1822, com base no movimento do porto de Rio Grande. Ver CHAVES (2004: 168; 208-209). Aliás, me parece que a cifra de 15 mil escravos se aproxima mais da realidade: somando todas as importações entre 1814 e 1822 – baseadas nos mapas e nos dados de Gonçalves Chaves – chega-se a um total de 12.755 cativos.

Janeiro via comércio marítimo, ficando excluídas as entradas originárias da Bahia, de Pernambuco e de outros portos menos significativos.

Outro fator que deve ser levado em consideração é a incidência do contrabando de escravos para o Rio da Prata. Desde o início do século XVII, a região era um foco de atuação de contrabandistas luso-brasileiros, tendo como eixo mercantil a cidade do Rio de Janeiro. Tratava-se, sobretudo, da venda de escravos africanos em troca de prata. No período de existência da União Ibérica, os comerciantes portugueses praticamente monopolizaram a arrematação dos *asientos*, que lhes facultava a introdução de um volume anual de africanos nas colônias espanholas. Junto a essa atividade legal, os contrabandistas atuavam paralelamente. Após o fim da União Ibérica, a única forma de obter a prata era através do comércio ilícito, muitas vezes acobertado por funcionários espanhóis em Buenos Aires. A fundação da Colônia do Sacramento, em 1680, fazia parte da estratégia da coroa portuguesa de consolidar a presença geopolítica no Rio da Prata, mas também visava assegurar os interesses mercantis na região.⁵

Em 1791, a coroa espanhola liberou o comércio negreiro para o vice-reinado do Prata, autorizando o porto de Montevideu a receber escravos trazidos por embarcações estrangeiras. Nesse momento, os comerciantes espanhóis tinham um escasso controle de rotas do tráfico atlântico, de modo que os negreiros portugueses e brasileiros, cujas ligações mercantis eram amplas e se espraiavam por diversos portos na África e no Brasil, passaram a atuar com força no abastecimento de escravos para o Rio da Prata. Estima-se que, entre 1777 e 1812, cerca de 60 mil escravos foram desembarcados em Montevideu e Buenos Aires, oriundos de portos africanos e brasileiros. Um pouco mais da metade desses escravos foi trazida de portos do Brasil, especialmente do Rio de Janeiro e da Bahia (BORUCKI, 2009a).

Note-se que esse comércio era ilegal, desde quando o rei português promulgara o Alvará de 14 de outubro de 1751, proibindo a venda de escravos para fora dos domínios do império (LARA, 2000: 316-317). No entanto, o contrabando trazia altos lucros para comerciantes portugueses e brasileiros e a venda de escravos em Buenos Aires e Montevideu lhes permitia acessar a valiosa prata espanhola.

No início do século XIX, comerciantes, estancieiros, charqueadores e autoridades rio-grandenses se queixavam à coroa dos prejuízos que o contrabando com o Rio da Prata trazia para a economia da capitania. É bastante conhecida a memória escrita por Manoel Antônio de Magalhães, datada de 20 de julho de 1808, na qual ele manifestava suas apreensões: “jamais se deverá consentir a exportação do domínio de toda a América portuguesa escravo algum, pois não só é enfraquecer as nossas colônias, por engrossar quatro homens que n’elas comerciam, mas dar forças ao inimigo, ao mesmo tempo que todas as nossas capitanias se acham na maior necessidade d’eles” (MAGALHÃES, 1863: 47).

Para Magalhães, o contrabando era prejudicial para o Rio Grande do Sul por dois motivos: primeiro, encarecia o preço dos escravos e dificultava aos lavradores o acesso a essa valiosa mão-de-obra, fundamental para a agricultura; em segundo, porque a contrapartida desse comércio era a entrada da carne salgada platina no mercado brasileiro, por preços bem menores do que os praticados pelos charqueadores rio-grandenses.

Na realidade, Magalhães repetia em grande parte as considerações tecidas alguns anos antes pelo então governador da capitania, Paulo José da Silva Gama. Em ofício dirigido ao

⁵ Sobre o tema ver CANABRAVA (1984); MOUTOUKIAS (1988); ALENCASTRO (2000); SCHWARTZ (2008); Sobre os efeitos do contrabando britânico no processo de esboramento do exclusivo colonial português ver NOVAIS (1979); ARRUDA (2008).

Secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Visconde de Anadia, datado de 25 de julho de 1803, o governador alegava que:

De todos os diferentes portos das Capitanias da América estão saindo comumente embarcações portuguesas, que carregam cópia imensa de escravatura e a vão exportar diretamente a Montevideu, e a Buenos Aires, e de lá [...] se tornam novamente a carregar de gêneros daquele país, como são trigos, carnes, sebos, couros e os conduzem para os portos donde saíram, e onde se lhes dá entrada francamente. Daqui já Vossa Excelência pode inferir qual seja o dano que estes infames contrabandistas, refinados egoístas, inimigos declarados da Pátria, e do Seu Rei, causam aos direitos reais e ao bem público. Primeiramente com as escravaturas vigoram as forças de uma nação estranha, e inervam as nossas; e em segundo lugar resultando uma carestia soma nos preços dos escravos, e não podem os lavradores pobres conseguir o terem quem os ajude à agricultura; porque nem os homens brancos se sujeitam a jornais nem os lavradores podem contribuir-lhos. Resulta mais, que introduzidos pela nossa América os gêneros dos espanhóis, não tem saída alguma os desta capitania, que são os mesmos; logo infalivelmente esta se arruinará, e chegará perto de não ter recurso.⁶

Paulo José da Silva Gama ainda procurava desconstruir o mais forte argumento favorável ao contrabando na região, o de que a América portuguesa se beneficiaria com a entrada de prata espanhola:

[...] haverá quem aparentemente demonstre que este comércio nos é vantajoso, por aquelas embarcações trazerem alguma prata, é verdade que o foi no tempo da guerra, em que as nossas embarcações iam carregadas de efeitos da Europa, e da América, e a necessidade dos espanhóis, os obrigava a fechar os olhos à saída de sua prata, porém agora que não tem as mesmas precisões, sabem impedir a saída daquele metal, e fazer os seus interesses, dando em troca da escravatura os efeitos do seu país [...]; Eu quero mesmo conceder que parte desta escravatura fosse vendida a dinheiro e conduzido aos nossos portos, para quem seria o lucro deste comércio? Para dez, ou doze homens, fazendo a ruína dos criadores do gado, dos lavradores, e comerciantes, não só desta capitania, como de toda América, e ainda das nossas praças da Europa, pelo encadeamento de uns com os outros e conseqüentemente do Estado.⁷

Em um documento anexo, há uma lista de embarcações e seus proprietários que estariam no “contínuo giro do contrabando” em Montevideu e Buenos Aires. As informações foram repassadas por um “espia” que ele tinha nos portos platinos. Outros espias, talvez, tenham lhe relatado as manobras utilizadas pelos contrabandistas para escapar da fiscalização. Segundo o governador, eles atuavam de duas maneiras. Podiam sair dos principais portos da América portuguesa carregando gêneros lícitos com destino a Montevideu e, “fora da barra” os esperavam “canoas carregadas de pretos”, que eram embarcados e enviados para o Rio da Prata. O segundo expediente utilizado pelos contrabandistas era carregar as embarcações de escravos nos portos e informar que os estavam despachando para as capitanias do sul, mas na verdade os levavam para Montevideu e Buenos Aires. Nesse segundo caso, no torna viagem,

para que essa falsidade não seja conhecida [...], arribam a qualquer dos pequenos portos da costa daquelas capitanias onde são pouco escrupulosos em examinar os seus despachos, ou se fazem

⁶ Arquivo Histórico Ultramarino, 25 de julho de 1803. Rio Grande do Sul, cx. 06, doc. 463. Projeto Resgate.

⁷ Idem.

ignorantes e lhe passam outros para irem entrar nos portos principais, aonde só mostram o do último porto de que saíram.⁸

O contrabando para o Rio da Prata também ajuda a explicar as discrepâncias dos dados do tráfico, especialmente das fontes que informam apenas sobre os escravos despachados para o Rio Grande. No entanto, não me parece que esse seja um fator decisivo, na medida em que o período de maior intensidade do contrabando de escravos para o Rio da Prata durou até 1807, mantendo-se, em menor escala, até 1812. Após essa data, em decorrência do estado de guerra no Rio da Prata e das disposições do governo independente proibindo o comércio negreiro, a atividade praticamente desapareceu, só retornando, com novas vestes, na década de 1830 (BORUCKI, 2009b). Na medida em que as discrepâncias entre fontes diferentes seguem aparecendo nas décadas de 1810 e 1820, elas não podem ser explicadas pelo contrabando para Montevidéu e Buenos Aires.

Apesar da deficiência dos dados, é possível identificar algumas tendências a partir da análise da tabela 2. Grosso modo, há um incremento no volume anual de escravos importados entre 1800 e 1824. Tomando como base uma média e, levando em consideração as lacunas da documentação, é possível distinguir seis momentos do tráfico negreiro rio-grandense.

O primeiro, de 1788 a 1801, representa o arranque inicial da economia escravista no Rio Grande do Sul que, com o surgimento das charqueadas na década de 1780, concomitantemente à integração da capitania aos circuitos mercantis do Centro-Sul da América portuguesa, estabelece um fluxo constante de abastecimento de mão-de-obra escrava. Nesse período, acredito que cerca de 300 a 500 escravos tenham sido traficados anualmente para a capitania.

O segundo período corre de 1802 a 1810, quando há uma elevação do volume de escravos importados, que talvez tenha girado em torno de 600 a 1.100 a cada ano. Note-se que para esse intervalo há muitas lacunas na documentação (para os anos de 1804, 1806 e 1807 os dados são falhos), tornando a sua caracterização bastante imprecisa. De qualquer modo, alguns processos podem ter contribuído para essa elevação. A guerra de 1801 abriu duas novas frentes de expansão (no extremo sul e nas Missões) para os estancieiros rio-grandenses, permitindo-lhes incorporar terras e rebanhos de gado, o que contribuiu para estimular a economia da região. A instalação da corte portuguesa no Rio de Janeiro e a abertura dos portos também foram fatores significativos que, em geral, dinamizaram a economia colonial e impulsionaram o tráfico atlântico para o Brasil.

A terceira fase inicia em 1811 e se alonga até 1824. Trata-se do auge do tráfico negreiro para o Rio Grande do Sul. Desconsiderando os anos cujos dados são provenientes das estimativas de Gonçalves Chaves – que captavam um movimento bastante inferior ao real – a importação anual de cativos nunca baixou de 1.300 ao longo do período. Em 1814 ultrapassou os 3.000 e, em 1813, 1822 e 1824 ficou acima de 2.000 escravos. Duas situações amplas auxiliam a compreender esse *boom*. A primeira delas é que o tráfico atlântico de escravos para o Brasil cresceu muito a partir de 1810. Nesse ano, a quantidade de cativos desembarcados nos portos brasileiros passou de 45 mil, enquanto em 1809 foram pouco

⁸ Idem. Note-se que esses expedientes para driblar o controle das autoridades se assemelhavam aos posteriormente utilizados no tráfico atlântico, após a proibição de 1831. Ver REIS; GOMES; CARVALHO (2010: 99-115); CONRAD (1985: 118-138).

menos de 29 mil. Até 1824, esse movimento se manteve constante, nunca abaixo de 30 mil escravos/ano e na maior parte acima de 40 mil.⁹

Porém, para explicar os motivos pelos quais os proprietários rio-grandenses tiveram condições de se beneficiar dessa aceleração do tráfico atlântico, é preciso considerar a situação política e econômica específica da fronteira sul do Brasil. Em 1810, estourou a revolução de independência no Rio da Prata, com o movimento de maio em Buenos Aires. Isso propiciou ao império luso-brasileiro e aos proprietários rio-grandenses oportunidades inéditas de expansão territorial, com vantagens econômicas evidentes. Em 1811, houve uma tentativa frustrada de intervenção militar na Banda Oriental, com a expedição do Exército Pacificador organizado por Dom Diogo de Souza.

Apesar do recuo em 1812, por força do armistício entre o Vice-Rei espanhol Francisco Javier Elío e a junta revolucionária de Buenos Aires, o avanço parcial do exército luso-brasileiro permitiu que territórios até então em disputa fossem ocupados com estabilidade, particularmente entre os rios Ibicuí e Quaraí, na fronteira oeste do atual estado do Rio Grande do Sul. A presença de estâncias rio-grandenses nessa região já se verificava desde a Guerra de 1801, mas a campanha do exército pacificador em 1811-12 foi fundamental para garantir a estabilidade da ocupação e expulsar espanhóis e índios que ali circulavam.¹⁰

Os campos ocupados, que consistem no núcleo da campanha rio-grandense, tinham excelentes pastagens e a utilização da força militar permitiu também a apropriação de rebanhos de gado. A partir de 1816 se intensificaria o movimento de expansão territorial e apropriação de rebanhos. A situação política e militar no Rio da Prata e, particularmente, na Banda Oriental tornou-se mais turbulenta. Os portenhos expulsaram os espanhóis de Montevideú em meados de 1814 mas, em 1815, os artiguistas tomaram a cidade. D. João VI, incentivado por Buenos Aires e vislumbrando uma oportunidade de expandir o império, organizou uma ofensiva militar em 1816, sob alegação de que os revolucionários orientais planejavam invadir a fronteira luso-brasileira.

Em 1817, a expedição obteve importante vitória, ocupando Montevideú com o apoio das elites locais. Os revolucionários artiguistas se retiraram para a campanha, onde Artigas sustentou uma luta contra o império luso-brasileiro por alguns anos. Derrotado em 1820, só restou ao *Protector de los Pueblos Libres* o exílio, sob vigilância estrita de Gaspar Rodríguez de Francia, *El Supremo Dictador Perpetuo* do Paraguai. Em 1819, um acordo estabelecido com o Cabildo de Montevideú garantiu aos luso-brasileiros a posse de uma extensa faixa de terra ao sul do rio Quaraí, em território que atualmente faz parte do Uruguai. Novamente, a dinâmica do movimento expansionista foi semelhante. O avanço das tropas a partir de 1816 foi acompanhado do estabelecimento de estâncias e da apropriação de gado. O acordo de 1819 formalizou uma ocupação que já tinha se realizado de fato.

Em 1821, a Banda Oriental foi incorporada ao império luso-brasileiro, com a denominação de Província da Cisplatina. Apesar da fronteira da Cisplatina com o Rio Grande do Sul ter sido estabelecida pelo rio Quaraí, concretamente os estancieiros rio-grandenses ainda mantiveram o acesso aos campos e rebanhos da Banda Oriental. Com a independência do Brasil em 1822, um breve conflito explodiu em Montevideú, entre setores das tropas que desejavam aderir ao império brasileiro e outros que se mantinham leais à coroa portuguesa. Em 1824, os “brasileiros”, comandados pelo General Lecor, foram vitoriosos e os

⁹ Dados do *Voyages, The Trans-Atlantic Slave Trade Database*, <http://www.slavevoyages.org> (acessado em 18 de janeiro de 2011). Ver também a análise de FLORENTINO (1997).

¹⁰ A reconstrução do contexto das guerras luso-brasileiras na Banda Oriental segue a análise dos seguintes autores: CESAR (1970); GOLIN (2002); MONIZ BANDEIRA (1998); PIMENTA (2002); SOUZA (1970).

“portugueses” retornaram a Europa. Durante esse conflito, novamente os rio-grandenses se apropriaram de pastagens, rebanhos e estabeleceram estâncias, avançando ainda mais no território oriental.

Portanto, entre 1811 e 1824, toda uma nova fronteira passou a ser explorada pelos rio-grandenses. Além da concessão de sesmarias e datas que formalizaram a posse dessas novas terras, os luso-brasileiros se beneficiaram da força militar superior e simplesmente tomaram centenas de milhares de cabeças de gado.¹¹ Por outro lado, os conflitos militares que assolaram Buenos Aires e a Banda Oriental nessa época desestabilizaram a produção saladeril platina, abrindo espaço para charque rio-grandense, em uma conjuntura favorável de elevação dos preços no mercado brasileiro e internacional. Esse conjunto de situações permitiu que os estancieiros e charqueadores rio-grandenses obtivessem lucros e níveis de acumulação inéditos, o que lhes garantiu poder de compra para suprir a demanda crescente de mão-de-obra escrava nas atividades rurais e urbanas do Rio Grande do Sul (CARDOSO, 2003: 77-79; MAESTRI FILHO, 2006).

O quarto momento, de 1826 a 1828, é marcado pela desaceleração movida pelas circunstâncias desfavoráveis da Guerra da Cisplatina para a economia rio-grandense. Em fins de 1825, Juan Antonio Lavalleja, liderando um grupo de exilados orientais, deu início a uma guerra contra o domínio brasileiro na Banda Oriental. Com o apoio decisivo de Buenos Aires, os orientais repeliram as forças militares brasileiras, chegando a incursionar no território rio-grandense. No decorrer do conflito, as deserções aumentaram e os governos do Brasil e de Buenos Aires sofreram forte oposição interna. Com a intermediação diplomática da Inglaterra foi assinada em 1828 a Convenção Preliminar de Paz, estipulando a criação da República Oriental do Uruguai (FREGA, 2008).

Embora a guerra tenha terminado tecnicamente em um empate, na prática foi uma derrota para o Império do Brasil. A perda da Província Cisplatina abalou o governo de D. Pedro I e trouxe graves efeitos para a economia rio-grandense.¹² Além da maior dificuldade que os estancieiros e charqueadores passariam a ter para acessar os campos e rebanhos da Banda Oriental, a retomada da produção do charque platino desafiou o domínio do produto brasileiro nos mercados doméstico e internacional. Enquanto os conflitos militares da década de 1810 resultaram em expansão territorial e desenvolvimento da pecuária e da produção do charque no Rio Grande do Sul, os efeitos da Guerra da Cisplatina foram inversos (ALADRÉN, 2009).

A intensidade do tráfico diminuiu severamente. Se em 1824 foram importados 2.364 escravos, em 1826 foram apenas 865, caindo para 419 em 1827, no auge da guerra. Essa queda torna-se ainda mais significativa ao ser comparada ao contexto mais amplo: o quinquênio 1826-30 foi o mais intenso da história do tráfico atlântico no Brasil, com um volume impressionante de 293.935 escravos desembarcados no Império.

Com o fim das hostilidades em 1828, os proprietários rio-grandenses voltaram a importar escravos em maior volume, mas jamais conseguiram restabelecer os níveis do período 1811-1824. Os efeitos da Guerra da Cisplatina foram trágicos para a economia rio-grandense e, embora se verifique uma estabilização e regularização das atividades econômicas, a conjuntura favorável do momento expansionista anterior já havia passado. A quinta fase é curtíssima: em 1829, 1.168 escravos foram importados, quantidade que

¹¹ Veja-se, por exemplo, as observações de Saint-Hilaire (2002: 107-108) e Arsène Isabelle (2006: 187-188; 300-301).

¹² Márcia Miranda analisou os efeitos negativos que a Guerra da Cisplatina trouxe para a economia rio-grandense, sobretudo para o balanço fiscal da província. Ver MIRANDA (2006: 211-228).

aumentou para 1.499 em 1830. Nota-se um incremento considerável em relação ao período de 1826-28, mas essa retomada não duraria muito, abalada não mais por circunstâncias específicas da fronteira sul, mas sim por um processo de dimensões atlânticas.

A sexta fase corre de 1831 a 1833, último ano para o qual existem informações disponíveis acerca do tráfico rio-grandense. A retomada verificada em 1829-30 foi bruscamente interrompida pelos efeitos da promulgação da lei de 7 de novembro de 1831.¹³ Neste ano, ainda foram trazidos 907 cativos para o Rio Grande do Sul, mas os desembarques se concentraram no primeiro semestre. Em 1832, a queda foi drástica: apenas 131 escravos chegaram. Embora os dados para 1833 sejam parciais e não existam informações para os anos posteriores, é bem provável que essa baixa frequência tenha se mantido, uma vez que o tráfico atlântico para o Brasil só retomaria força a partir de 1835-37, quando a província rio-grandense estava convulsionada por mais uma guerra, a Revolução Farroupilha.

Estancieiros escravistas e a estrutura de posse de escravos

Na medida em que avançou o povoamento luso-brasileiro na fronteira, com o estabelecimento de acampamentos e fortificações militares, estâncias e freguesias, estruturou-se uma economia pecuária e agrícola vinculada à produção de charque e ao abastecimento das cidades mais antigas da capitania rio-grandense. A análise da estrutura de posse de escravos na fronteira permite identificar a dimensão econômica que a escravidão assumiu na região, bem como suas implicações para as hierarquias sociais fronteiriças.

A base documental para o exame da estrutura de posse de escravos consiste em 274 inventários *post-mortem* dos municípios de Cachoeira, Jaguarão e Rio Pardo, compreendendo o período de 1799 a 1840. Para Jaguarão, foram incorporados todos os 147 inventários da 1ª Vara de Família, do período de 1802 a 1836. A partir desse ano, os documentos escasseiam e tornam-se irregulares, certamente em razão da Revolução Farroupilha que teve início no ano anterior. Da Vila de Cachoeira, foram pesquisados 104 inventários, da 1ª Vara de Família e do 1º Cartório de Cível e Crime, no período de 1820 a 1840. Embora a série de Cachoeira a partir de 1835 seja mais regular do que a de Jaguarão, ela só inicia em 1820, um ano depois da criação da vila.¹⁴ Antes disso, os territórios do município faziam parte da jurisdição de Rio Pardo. Para esta vila, coligimos um total de 23 inventários dos anos de 1799, 1802 e 1805.

A fronteira do Rio Grande do Sul era predominantemente rural na primeira metade do século XIX. As povoações eram pequenas e havia uma grande dispersão populacional. As vilas de Rio Grande e Rio Pardo eram, em fins do século XVIII, os centros administrativos

¹³ A Lei de 1831, embora deva ser analisada como produto de um momento político e social específico, também refletiu uma série de negociações diplomáticas realizadas desde 1807 entre Portugal e depois o Brasil com a Inglaterra. Os tratados de 1810 estipulavam a colaboração da monarquia portuguesa na supressão gradual do tráfico e a circunscrição do mesmo aos domínios de Portugal no Atlântico Sul. Em 1815, limitou-se a atuação do comércio negreiro português às rotas ao sul da linha do Equador e a ratificação assinada em 1817 definia regras que concediam à Marinha Britânica o direito de busca e apreensão de embarcações luso-brasileiras suspeitas de realizarem o tráfico em zonas proibidas. Em 1826, em troca do reconhecimento de sua independência, o Brasil assinou novo tratado com a Inglaterra, determinando a extinção do tráfico a partir de 1830. Finalmente, no dia 7 de novembro de 1831, foi promulgada a lei que considerava livres todos os africanos que entrassem no país e determinava punições para os traficantes. Embora a lei tenha tido um efeito imediato na diminuição do comércio negreiro, alguns anos depois ocorreu uma retomada a níveis apenas um pouco inferiores às décadas de 1810 e 1820, até a efetiva abolição do tráfico atlântico em 1850-51. Sobre o tema ver BETHELL (1976); RODRIGUES (2000); MAMIGONIAN (2002).

¹⁴ Para um estudo criterioso sobre a formação de Jaguarão ver Franco (1980).

que exerciam a jurisdição naquela extensa área, designada, nos documentos coevos, de fronteira do Rio Pardo e fronteira do Rio Grande.

Em 1809, a capitania contava com quatro vilas: Porto Alegre, Santo Antônio da Patrulha, Rio Grande e Rio Pardo. A extensão territorial de Rio Pardo era imensa e abarcava toda a região das Missões e boa parte da campanha. No entanto, a ocupação regular, com uma presença maior de povoações, era bem restrita. Na fronteira sul, as freguesias mais importantes eram Jaguarão, Piratini e São Francisco de Paula (Pelotas), além de Mostardas, Estreito e São José do Norte, que ficavam no litoral. Na fronteira oeste, as maiores freguesias eram Cachoeira, Encruzilhada, Caçapava e São Gabriel. A escassa ocupação populacional das áreas de fronteira fica clara no censo realizado em 1814. Na região da fronteira do Rio Pardo, só consta a freguesia de Cachoeira e, na de Rio Grande, Piratini. Enquanto a primeira freguesia contava com uma população de 8.225 pessoas em 1814, em Piratini só havia 3.673. Os habitantes das outras povoações devem ter sido incluídos como habitantes dessas localidades ou das vilas de Rio Pardo e Rio Grande.¹⁵

Não há muitos dados disponíveis para as décadas de 1820 e 1830. Um novo censo foi realizado na província em 1846, como parte do processo de reorganização administrativa e política após o término da Revolução Farroupilha. Por ele é possível constatar a expansão territorial das décadas anteriores, que foi acompanhada do estabelecimento de novas vilas e freguesias e do afluxo de muitas pessoas. Em 1846, Cachoeira, Caçapava e Alegrete já eram municípios autônomos da antiga jurisdição de Rio Pardo e Piratini, Jaguarão e Pelotas foram desmembrados de Rio Grande. A população dessas regiões havia crescido substancialmente: as três primeiras contavam com 31.610 pessoas e as três últimas com 22.604 habitantes.¹⁶ Embora elas não abrangessem exatamente o mesmo território que Piratini e Cachoeira em 1814, esse aumento da população indica a ocupação regular das regiões que eram chamadas, desde a segunda metade do século XVIII, de fronteira do Rio Grande e fronteira do Rio Pardo. Os dados dos censos também permitem observar a importância da população escrava nessas localidades.

¹⁵ *Censo de 1814*. Fundação de Economia e Estatística. *De Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul. Censos do RS: 1803-1950*. Porto Alegre: FEE/Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa, 1981, p. 50

¹⁶ *Censo de 1814*. Fundação de Economia e Estatística. *De Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul. Censos do RS: 1803-1950*. Porto Alegre: FEE/Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa, 1981, p. 60.

Quadro 1
População de Cachoeira e Piratini no ano de 1814¹⁷

	Cachoeira		Piratini	
	#	%	#	%
Branços	4.476	56,5	1.439	42
Índios	425	5,4	112	3,3
Libertos	398	5,0	335	9,8
Escravos	2.622	33,1	1.535	44,9
Total	7.921	100	3.421	100

Fonte: *Censo de 1814*. Fundação de Economia e Estatística. *De Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul. Censos do RS: 1803-1950*. Porto Alegre: FEE/Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa, 1981, p. 50

Nota-se que a proporção de cativos é bastante significativa, por volta de 33% em Cachoeira e 45% em Piratini, o que denota que essas áreas, de produção pecuária e agrícola, dependiam amplamente da mão-de-obra escrava.

¹⁷ Os recém-nascidos foram excluídos, pois eles não foram discriminados por condição no censo.

Tabela 1
Estrutura de posse de escravos na fronteira rio-grandense, 1799-1840
Distribuição de proprietários e de escravos por faixa de plantel

	# Proprietários	# Escravos	% Proprietários	% Escravos
1 a 4	106	282	42,6	14,9
5 a 9	84	566	33,7	29,9
10 a 19	44	571	17,7	30,2
Mais de 20	15	474	6	25
Total	249	1.893	100	100

Fonte: 249 inventários *post-mortem*. Cachoeira, Jaguarão e Rio Pardo, 1799-1840.
Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul.

Entre os 274 inventários compulsados, apenas 25, isto é, 9%, não arrolavam escravos. Ainda que a fonte não contemple os indivíduos extremamente pobres – em razão da escassez ou inexistência de patrimônio –, o índice de mais de 90% de proprietários de escravos é significativo. Pode-se dizer que a posse de escravos estabelecia uma linha divisória entre os homens livres, condição quase inescapável para que um indivíduo fosse inventariado e assim pudesse legar bens aos seus herdeiros.

Justamente por isso, a fonte apresenta um limite muito evidente. Ela nos diz pouca coisa, quase nada, sobre as pessoas que não possuíam escravos. Não permite fazer interpretações realmente abrangentes sobre os níveis de desigualdade em uma determinada sociedade, a não ser quando confrontadas com fontes de outra natureza.

Portanto, a principal conclusão a ser tirada da alta frequência de inventários com cativos não é exatamente postular um acesso quase universal à mão-de-obra escrava por parte da população livre, mas sim observar que os escravos consistiam em uma forma primordial de riqueza nas regiões de fronteira do Rio Grande do Sul. No meio rural fluminense, foram identificados padrões ligeiramente diferentes, variando entre 4,1% e 13,5% a proporção de inventários sem escravos entre 1790 e 1830 (FLORENTINO e GÓES, 1997, p. 55). Essa comparação enriquece o significado dos dados sulinos, pois demonstra que, mesmo com todas as diferenças econômicas e geográficas, a posse de escravos era um índice generalizado de riqueza e elemento básico de diferenciação social.

Mas não nos esqueçamos do limite da fonte. Qual seria realmente a proporção da população livre com acesso à mão-de-obra escrava na fronteira do Rio Grande do Sul? Na ausência de fontes apropriadas – censos detalhados de unidades domésticas – fica difícil assegurar, restando apenas comparar e supor. Nas diversas localidades da província de São Paulo, em 1829, a proporção de domicílios com escravos variou de 20%, no Caminho do Sul

(região do atual estado do Paraná) a 36% no litoral (LUNA e KLEIN, 2005, p. 148).¹⁸ Em Minas Gerais, nos primeiros anos do XIX, a posse de escravos era mais espalhada: embora em Mariana 29% dos domicílios contassem com pelo menos um cativo, em localidades como Vila Rica e Santa Luzia esse índice passava dos 40% (LUNA, 1986).

Os dados disponíveis para o Rio Grande do Sul são mais esparsos, informam sobre alguns anos isolados em poucas localidades. Ainda assim, vale incorporá-los como indícios. Uma relação de moradores de 1797 de Viamão, antigo município rio-grandense na região de Porto Alegre, dedicado à produção agrícola e pecuária (não nas dimensões que a criação de gado adquiriria na fronteira), traz informações interessantes. Aproximadamente 25% dos domicílios listados não tinham escravos. Isto é, trata-se de um índice impressionante de 75% de chefes de família donos de cativos (KÜHN, 2006, p. 136-138).

Note-se que a propriedade escrava no Rio Grande do Sul, em fins do século XVIII, era realmente acessível para a população livre, em níveis mais altos do que os encontrados em São Paulo, no Paraná ou até mesmo em Minas Gerais. Não é possível afirmar que esse padrão tenha se mantido na fronteira durante a primeira metade do século XIX, mas a presença de escravos em 91% dos inventários sugere sua reiteração, em um contexto econômico e político distinto.

A virtual onipresença de escravos entre os inventariados pode ser explicada por duas situações que se entrelaçavam na formação da fronteira sul do Brasil. Em primeiro lugar, a sociedade rio-grandense replicava os padrões da América portuguesa, caracterizada, especialmente nas últimas décadas do período colonial, pela disseminação da propriedade escrava, fator sistêmico impulsionado pela constante entrada de africanos via tráfico atlântico. O segundo fator reside no forte crescimento econômico do Rio Grande do Sul nas primeiras décadas do século XIX, que permitiu rapidamente a acumulação do capital necessário para a aquisição de escravos. E, aqui, cumpre notar que apenas a uma pequena parcela da população livre do Rio Grande do Sul era vedado o acesso aos recursos para a compra de pelo menos um cativo.

No entanto, constata-se a existência de uma hierarquização. O grupo dos que possuíam vinte ou mais escravos era diminuto, mas ao mesmo tempo concentrava parcela significativa da escravaria. Embora representassem apenas 6% dos senhores, possuíam 25% dos cativos. Por outro lado, apenas 14,9% dos escravos estavam nas mãos de pequenos senhores (1 a 4) que constituíam 42,6% dos proprietários.

O grupo dos pequenos proprietários era constituído, em sua maioria, por lavradores que em geral também criavam rebanhos pouco numerosos, que por si só não eram suficientes para sustentar suas famílias. Por isso, a base econômica desse grupo era realmente a agricultura da mandioca e de trigo, além de outras culturas que apareciam com menor frequência. Embora contassem com mão-de-obra escrava, provavelmente também dependiam do trabalho familiar.

Por mais que houvesse uma desigualdade evidente no acesso à mão-de-obra escrava, os níveis não eram extremos. A concentração dos rebanhos era muito mais acentuada: entre 1765 e 1815, os sujeitos que possuíam mais de 1.000 cabeças de gado representavam 11,3%

¹⁸ Para a localidade de Bananal, em São Paulo, ver o minucioso trabalho de José Flávio Motta, que identificou a presença de escravos em cerca de 46% dos domicílios no ano de 1829. Essa presença significativa de cativos pode ser explicada pelo desenvolvimento da cultura do café no município, justamente nas primeiras décadas do oitocentos. Ver MOTTA (1999, p. 142). Ver também, para uma análise específica do Paraná no início do século XIX, GUTIÉRREZ (2006). As listas nominativas pesquisadas por Gutiérrez, do ano de 1817, também apresentam um padrão geral em que cerca de 80% dos domicílios paranaenses não apresentavam cativos.

dos proprietários, mas controlavam 68,1% dos rebanhos no Rio Grande do Sul. Considerando apenas a faixa dos que possuíam acima de 5.000 cabeças, verifica-se que consistiam em 1,7% dos proprietários, mas possuíam 27,5% do total do gado (OSÓRIO, 2007, p. 116). Tomando os dados de Alegrete, município da fronteira oeste, entre 1831 e 1870, percebe-se que a estrutura da concentração dos rebanhos muda de caráter: os estancieiros com mais de 1.000 reses já não eram um grupo tão pequeno, uma vez que perfaziam 29,3% dos proprietários, com o controle de 76% do rebanho. Os proprietários de mais de 5.000 reses possuíam 36,3% dos rebanhos, mas eram apenas 7,2% do total dos sujeitos estudados (FARINATTI, 2007, p. 89). Portanto, a expansão na fronteira foi um processo que, sem prejuízo da manutenção de hierarquias desiguais, permitiu que um contingente considerável de indivíduos integrasse o grupo dos médios e grandes proprietários, mobilidade essa muito mais restrita no período colonial.¹⁹

Comparar os níveis de concentração de gado e de escravos leva a uma conclusão importante. Embora os escravos fossem um elemento fundamental de distinção econômica e social entre os homens livres e, particularmente, na consolidação dos médios proprietários, as estratificações entre os proprietários mais abastados dependiam mais da posse de rebanhos e de terras. Naturalmente, os grandes estancieiros, donos de milhares de hectares e cabeças de gado, eram também os proprietários das maiores escravarias mas, proporcionalmente, a quantidade de cativos não os distinguia de forma decisiva enquanto um grupo à parte.²⁰

Os níveis de concentração das escravarias eram maiores em outras paragens do Brasil. No Recôncavo baiano, 64% dos senhores possuíam menos de cinco cativos, mas controlavam apenas 15,4% do conjunto das escravarias (SCHWARTZ, 1988, p. 374). Veja-se que, em comparação com os dados aqui analisados, esse grupo controlava aproximadamente a mesma proporção de escravos (cerca de 15%), mas na Bahia esses pequenos senhores eram, proporcionalmente, mais abundantes. Isso indica uma diferença substancial entre as duas regiões no que diz respeito à estrutura econômica: enquanto havia diversos donos engenhos, plantadores de cana e cultivadores de fumo no Recôncavo que contavam com grupos numerosos de cativos, na fronteira rio-grandense os grandes senhores eram raros.

Isso fica evidente ao se comparar a concentração dos escravos em faixas mais largas. No Recôncavo baiano, os proprietários de até 19 escravos representavam 93,1% dos senhores e detinham 53,4% dos cativos (SCHWARTZ, 1988, p. 374). Na fronteira rio-grandense, à semelhança da Bahia, representavam 94% dos senhores, mas por outro lado controlavam 75% dos escravos. Veja-se que essa diferença não se expressa no número médio de escravos por plantel: enquanto no Recôncavo era de 7,2, na fronteira sulina era de 7,6. Esse índice elevado (considerando que havia poucos plantéis com mais de 20 cativos) reflete o peso dos médios

¹⁹ Farinatti observa com clareza as mudanças que o padrão de concentração dos rebanhos e da propriedade fundiária sofreu em Alegrete entre 1830 e 1870. Identifica, convincentemente, os efeitos das secas, epizootias, guerras e o fechamento da fronteira agrária como as razões para essa mudança. Especialmente a partir de 1850, em um contexto de dificuldades para a reprodução da pecuária extensiva em grande escala, paradoxalmente os níveis de concentração dos rebanhos aumentaram. A quantidade de grandes proprietários de gado diminuiu ao mesmo tempo em que eles passaram a controlar, proporcionalmente, parte maior do rebanho. Na década de 1830, os criadores com mais de 2.000 cabeças de gado vacum constituíam 38% dos proprietários, e detinham 87% dos rebanhos. Na década de 1860, esse grupo diminuiu para 15% do total de criadores, mas mantinha o controle de 82% das reses (FARINATTI, 2007, p. 88-99). No entanto, o autor não percebeu a transformação que essa estrutura de concentração sofreu na passagem do período colonial ao império, embora faça comparações entre as duas épocas.

²⁰ No entanto, do ponto de vista ideológico, a propriedade de escravos era um fator de distinção fundamental para a elite, seguindo padrões que se difundiram com o enraizamento da instituição da escravidão na América portuguesa a partir do século XVII. Ver Vainfas (1986); Schwartz (1988); Marquese (2004); Souza (2006). Eu discuto esse tópico para a classe senhorial rio-grandense em outro trabalho: Aladrén (2011).

proprietários rio-grandenses: aqueles que possuíam entre cinco e dezenove escravos constituíam 51,4% dos senhores e detinham 60,1% dos cativos.

Em São Paulo, a partir da comparação entre dois períodos diferentes, é possível constatar o impacto que o desenvolvimento de um setor econômico agro-exportador exercia na distribuição da posse de escravos. Nas diversas localidades da província, os senhores com até cinco cativos eram a maioria dos proprietários. Mas, em 1804, eles detinham 29% da escravaria, índice que baixou para 22% em 1829. A contrapartida desse processo foi a concentração no topo: os que possuíam mais de vinte escravos passaram a controlar 39% da escravaria em 1829, contra pouco mais de um quinto em 1804. Luna e Klein demonstram como o arranque da economia açucareira no Oeste e, em menor medida, do café no Vale do Paraíba, explica essa crescente desigualdade (LUNA e KLEIN, 2005, p. 150 em diante). Pesquisando a localidade de Bananal na mesma época, José Flávio Motta observou efeitos mais complexos resultantes da introdução do cultivo de café. Em um momento inicial, o estabelecimento da economia cafeeira colaborou para uma distribuição um pouco mais equitativa da propriedade escrava. No entanto, em um segundo momento, o grau de concentração da posse de escravos elevou-se, na medida em que a agricultura de café assumiu características mais próximas da produção em larga escala (MOTTA, 1999, p. 141-151).

Há, ainda, que se considerar as implicações que a aceleração do tráfico atlântico trouxe para os padrões de distribuição da propriedade escrava. Nas regiões rurais do Rio de Janeiro, nota-se uma elevação impressionante dos índices de concentração na comparação entre os períodos de 1790-1807 e 1826-1830. Os proprietários de mais de vinte escravos aumentaram sua participação no conjunto da escravaria de 50% para 75% na comparação de um intervalo a outro. Florentino e Góes atribuem essa mudança ao incremento do tráfico, que alimentou a economia das *plantations* – nessa época em especial na área açucareira de Campos – e fez crescer a concentração nas mãos de grandes proprietários. Daí a conclusão dos autores de que o comércio negreiro contribuía decisivamente na manutenção de uma hierarquia que distanciava a elite de senhores escravistas do restante da população livre (FLORENTINO e GÓES, 1997, p. 52-56). Veja-se como o comércio negreiro trazia implicações complexas para a sociedade luso-brasileira: ao mesmo tempo em que sua regularidade possibilitava a disseminação da posse de escravos entre a população livre, sua aceleração, combinada com o desenvolvimento das *plantations*, beneficiava uma elite, que assim concentrava riqueza e poder e reforçava seu lugar no topo da hierarquia social.

Para interpretar a estrutura de posse de escravos na fronteira rio-grandense é necessário levar esses fatores em consideração. A atividade econômica predominante era a pecuária e, em menor grau, a agricultura de abastecimento (mandioca, trigo e outras menos cotadas), com um peso residual do comércio e de atividades artesanais. Embora o Rio Grande do Sul estivesse ligado ao tráfico atlântico, essa relação era indireta. E, mais importante, os ritmos da importação de escravos pelo Rio Grande do Sul foram condicionados não somente pela natureza e dinâmica de sua economia, mas também pelas conjunturas militares.

A inexistência de um setor econômico voltado à agricultura de exportação e a relação indireta com o tráfico explica a escassez dos grandes plantéis. Por outro lado, a acumulação de capital proveniente da produção pecuária permitiu aos rio-grandenses participar da importação de escravos africanos, mas em níveis bem inferiores aos observados no Rio de Janeiro, em Minas Gerais ou na Bahia na mesma época. Ao mesmo tempo, se observa a

disseminação da posse de escravos entre a população livre e um peso considerável dos médios proprietários, resultado do próprio processo de desenvolvimento da pecuária rio-grandense. No primeiro quartel do século XIX, há um alargamento das possibilidades de mobilidade social, em um contexto de expansão na fronteira e desenvolvimento econômico respaldado por uma conjuntura militar favorável.

Desse processo resulta a importância dos médios proprietários, que concentravam em suas mãos parte substancial da escravaria. Isso não significa supor um igualitarismo ou mesmo caracterizar a fronteira rio-grandense como uma sociedade aberta à ascensão econômica. Trata-se de perceber como, na passagem da colônia para o império, estava ocorrendo um reajustamento das hierarquias sociais, no qual a escravidão teria um papel crucial na afirmação e consolidação da posição sócio-econômica dos indivíduos que reuniam as condições necessárias para ascender.²¹

Em outras regiões da América Ibérica, os processos de independência também geraram transformações importantes que, associadas a conflitos militares e redefinições de soberanias e domínios territoriais, trouxeram oportunidades de mobilidade e redefiniram posições de indivíduos e grupos nas hierarquias sociais e políticas.²² Um dos elementos que singulariza o processo de independência na América portuguesa e o diferencia das independências na América espanhola não é, como aponta parte da historiografia brasileira, a manutenção intocada da estrutura econômica herdada do período colonial e sim a expansão da escravidão, já não mais nos moldes setecentistas, mas no contexto da formação dos estados nacionais e do desenvolvimento econômico do Mundo Atlântico balizado pela industrialização britânica.²³

Os territórios que passaram a constituir as fronteiras sul e oeste do Rio Grande do Sul foram incorporados pelos luso-brasileiros justamente nesse contexto. A combinação de conflitos militares na fronteira, expansão territorial, desenvolvimento da economia pecuária e charqueadora, aceleração do tráfico e fortalecimento da instituição da escravidão fazem parte de um processo único que condicionou a formação da sociedade rio-grandense e contribuiu decisivamente para integrá-la ao Império do Brasil.

Referências bibliográficas

ALADRÉN, Gabriel (2009). *Liberdades negras nas paragens do sul: alforria e inserção social de libertos em Porto Alegre, 1800-1835*. Rio de Janeiro: Editora FGV.

ALADRÉN, Gabriel (2011). *Entre guerras e fronteiras: escravos, libertos e soldados negros no sul do Brasil (Rio Grande de São Pedro, c. 1801 - c. 1835)*. Qualificação de doutorado. Niterói: PPGH-UFF.

²¹ Por outro lado, as turbulências políticas do período independentista abriram momentaneamente espaços para a desordem e a subversão das hierarquias sociais e raciais. Ver Reis (2005).

²² Um estudo clássico sobre o tema é o de Halperin Donghi (1972). Na província de Buenos Aires, as transformações trazidas pelo processo de independência foram acompanhadas por uma politização da população pobre rural, como demonstra Raúl Fradkin (2005). Uma interessante análise historiográfica sobre a independência no Rio da Prata pode ser encontrada em Fradkin (2008). Para a Nova Espanha, um estudo de fôlego que discute as mudanças e permanências no processo de independência foi feito por Eric Van Young (2001).

²³ Blackburn (2002); Tomich (2004).

- ALENCASTRO, Luiz Felipe de (2000). *O trato dos viventes: a formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Companhia das Letras.
- ARRUDA, José Jobson de Andrade (2008). *Uma colônia entre dois impérios: a abertura dos portos brasileiros, 1800-1808*. Bauru: EDUSC.
- BERUTE, Gabriel Santos (2006). *Dos escravos que partem para os portos do sul: características do tráfico negreiro do Rio Grande de São Pedro do Sul, c. 1790 – c. 1825*. Dissertação de mestrado. Porto Alegre: PPGH-UFRGS.
- BETHELL, Leslie (1976). *A abolição do tráfico de escravos no Brasil*. Rio de Janeiro/São Paulo: Expressão e Cultura/Edusp.
- BLACKBURN, Robin (2002). *A queda do escravismo colonial, 1776-1848*. Rio de Janeiro: Record.
- BORUCKI, Alex (2009a). “Las rutas brasileñas del tráfico de esclavos hacia el Río de la Plata, 1777-1812”. *IV Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*, Curitiba: UFPR.
- BORUCKI, Alex (2009b). “The ‘african colonists’ of Montevideo: new light on the illegal slave trade to Rio de Janeiro and the Río de la Plata (1830-42)”. *Slavery & Abolition*, v. 30, n. 3, p. 427-444.
- CANABRAVA, Alice (1984). *O comércio português no Rio da Prata, 1580-1640*. São Paulo: Edusp.
- CARDOSO, Fernando Henrique (2003). *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul*. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira [1962].
- CESAR, Guilhermino (1970). *História do Rio Grande do Sul: período colonial*. Porto Alegre: Editora Globo.
- CHAVES, Antônio José Gonçalves (2004). *Memórias econômico-políticas sobre a administração pública do Brasil*. 4. ed. São Leopoldo: Editora Unisinos.
- CONRAD, Robert (1985). *Tumbeiros: o tráfico de escravos no Brasil*. São Paulo: Brasiliense.
- FARINATTI, Luís Augusto (2007). *Confins meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na fronteira sul do Brasil (1825-1865)*. Tese de doutorado. Rio de Janeiro: PPGHIS/UFRJ.
- FLORENTINO, Manolo Garcia (1997). *Em costas negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)*. São Paulo: Companhia das Letras.
- FLORENTINO, Manolo Garcia e GÓES, José Roberto. *A paz das senzalas. Famílias escravas e tráfico atlântico, c. 1790- c. 1850*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.
- FRADKIN, Raúl O (2005). "Bandolerismo y politización de la población rural de Buenos Aires tras la crisis de la independencia (1815-1830). *Nuevo Mundo, Mundos Nuevos*. <http://nuevomundo.revues.org/index309.html>. Consultado el 20 décembre 2008.

- FRADKIN, Raúl O (2008). "Que tuvo de revolucionaria la revolución de independencia?". In: *Nuevo Topo. Revista de Historia y pensamiento crítico*, n. 5, p. 15-43.
- FRANCO, Sérgio da Costa (1980). *Origens de Jaguarão (1790-1833)*. Caxias do Sul: IEL/UCS.
- FREGA, Ana (2008). "La mediación británica en la guerra entre las Provincias Unidas y el Imperio de Brasil (1826-1828): una mirada desde Montevideo. In: *Estudos Ibero-Americanos*, v. XXXIV, n. 1. Porto Alegre: PUCRS, p. 36-64.
- GOLIN, Tau (2002). *A fronteira: governos e movimentos espontâneos na fixação dos limites do Brasil com o Uruguai e a Argentina*. Porto Alegre: L&PM.
- GUTIÉRREZ, Horacio (2006). "Donos de terras e escravos no Paraná: padrões e hierarquias nas primeiras décadas do século XIX". *Revista História*. São Paulo, v. 25, n. 1, p. 100-122.
- HALPERIN DONGHI, Tulio (1972). *Revolución y guerra: formación de una elite dirigente en la Argentina criolla*. Buenos Aires: Siglo XXI.
- ISABELLE, Arsène (2006). *Viagem ao Rio da Prata e ao Rio Grande do Sul*. Brasília: Senado Federal.
- KÜHN, Fábio (2006). *Gente da fronteira: família, sociedade e poder no sul da América portuguesa – século XVIII*. Tese de doutorado. Niterói: PPGH-UFF.
- LARA, Silvia Hunold (2000). *Legislação sobre escravos africanos na América portuguesa*. Madrid: Fundación Tavera.
- LUNA, Francisco Vidal e KLEIN, Herbert S (2005). *Evolução da sociedade e economia escravista de São Paulo, de 1750 a 1850*. São Paulo: Edusp.
- LUNA, Francisco Vidal (1986). "Estrutura da posse de escravos em Minas Gerais (1804)". In: COSTA, Iraci Del Nero da. *Brasil: história econômica e demográfica*. São Paulo: IPE/USP, p. 157-172.
- MAESTRI FILHO, Mário José (2006). *O escravo no Rio Grande do Sul: trabalho, resistência e sociedade*. 3. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS [1984].
- MAGALHÃES, Manoel Antônio de (1867). "Almanak da Villa de Porto-Alegre, com reflexões sobre o estado da Capitania do Rio-Grande do Sul". In: *Revista Trimensal do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil*, tomo XXX, n. 1, p. 43-74.
- MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti. *To be a liberated African in Brazil: labour and citizenship in the nineteenth century*. Tese de Doutorado. Waterloo, Canadá: Universidade de Waterloo, 2002.
- MARQUESE, Rafael de Bivar (2004). *Feitores do corpo, missionários da mente: senhores, letrados e o controle dos escravos nas Américas, 1660-1860*. São Paulo: Companhia das Letras.

- MIRANDA, Márcia Eckert (2006). *A estalagem e o Império: crise do antigo regime, fiscalidade e fronteira na Província de São Pedro (1808-1831)*. Tese de Doutorado. Campinas: Instituto de Economia da Unicamp.
- MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto (1998). *O expansionismo brasileiro e a formação dos Estados na Bacia do Prata: Argentina, Uruguai e Paraguai, da colonização à Guerra da Tríplice Aliança*. Rio de Janeiro/Brasília: Revan/Editora da UnB [1985].
- MOTTA, José Flávio (1999). *Corpos escravos, vontades livres: posse de cativos e família escrava em Bananal (1801-1829)*. São Paulo: Annablume/Fapesp.
- MOUTOUKIAS, Zacarias (1988). *Contrabando y control colonial en el siglo XVII*. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina.
- NOVAIS, Fernando (1979). *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)*. São Paulo: Hucitec.
- OSÓRIO, Helen (2007). *O império português no sul da América: estancieiros, lavradores e comerciantes*. Porto Alegre: Editora da UFRGS.
- PIMENTA, João Paulo (2002). *Estado e nação no fim dos impérios ibéricos no Prata (1808-1828)*. São Paulo: Hucitec/Fapesp.
- PRADO JÚNIOR, Caio (1979). *História econômica do Brasil*. 22 ed. São Paulo: Editora Brasiliense [1945].
- REIS, João José (2005). "O jogo duro do Dois de Julho: o `Partido Negro` na Independência da Bahia". In: REIS, João José e SILVA, Eduardo. *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras [1989].
- REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos; CARVALHO, Marcus J. M. de (2010). *O alufá Rufino: tráfico, escravidão e liberdade no Atlântico negro (c. 1822 – c.1853)*. São Paulo: Companhia das Letras.
- RODRIGUES, Jaime (2000). *O infame comércio: propostas e experiências no final do tráfico de africanos para o Brasil, 1800-1850*. Campinas: Editora da Unicamp.
- SAINT-HILAIRE, Auguste de (2002). *Viagem ao Rio Grande do Sul*. Brasília: Senado Federal.
- SANTOS, Corcino Medeiros dos (1984). *Economia e sociedade do Rio Grande do Sul, século XVIII*. São Paulo: Editora Nacional.
- SCHWARTZ, Stuart B (2008). "Prata, açúcar e escravos: de como o império restaurou Portugal". *Revista Tempo*, v. 12, n. 24, p. 201-223.
- SCHWARTZ, Stuart B (1988). *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835*. São Paulo: Companhia das Letras.
- SIMONSEN, Roberto C (2005). *História econômica do Brasil, 1500-1820*. 4. ed. Brasília: Senado Federal.

- SOUZA, J. A. Soares de (1970). "O Brasil e o Prata até 1828". In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). *História geral da civilização brasileira*. v. 2. São Paulo: Difel, p. 300-328.
- SOUZA, Laura de Mello e (2006). *O sol e a sombra: política e administração na América portuguesa do século XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras.
- TOMICICH, Dale W (2004). *Through the prism of slavery: labor, capital, and world economy*. Boulder, CO: Rowman & Littlefield.
- VAINFAS, Ronaldo (1986). *Ideologia e escravidão: os letrados e a sociedade escravista no Brasil colonial*. Petrópolis: Vozes.
- VAN YOUNG, Eric (2001). *The other rebellion: popular violence, ideology, and the Mexican struggle for independence*. Stanford: Stanford University Press.